

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

SENADO FEDERAL

Plenário – 05 e 06/12

O Plenário do Senado se reúne nesta terça-feira (5) para analisar o **PL 1435/2022**, que estabelece a revisão anual do pagamento dos serviços privados oferecidos ao Sistema Único de Saúde (SUS). Os senadores devem votar ainda o texto substitutivo da Câmara dos Deputados ao **PL 3383/2021**, que cria a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Resultado: O Plenário aprovou nesta quarta-feira (6) o PL 1435/2022, que estabelece a revisão periódica dos valores de remuneração dos serviços prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS), com garantia da qualidade e do equilíbrio econômico-financeiro. Também foi aprovado o PL 2245/2023, que institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para População em Situação de Rua (PNTC PopRua). As duas propostas seguem para sanção presidencial.

CPI das ONGs – 05/12 - 11h - Plenário 06

A CPI das ONGs se reúne na terça-feira (5), a partir das 11h, para a apresentação do relatório final do senador Marcio Bittar (União-AC). Após a leitura, a comissão pode conceder vista por até 5 dias antes da votação do documento. A CPI tem até o dia 19 de dezembro para concluir as suas atividades.

Resultado: O relatório final da CPI das ONGs foi apresentado nesta semana e foi concedida vista logo após sua leitura. (Para acessar [clique aqui](#)) No texto, o relator apresentou seis propostas legislativas, que começarão a tramitar após a deliberação do parecer. Entre os projetos de lei a serem apresentados, destacam-se: mudanças nas regras de licenciamento ambiental, mineração em terras indígenas e limitações às atuações do Ministério Público.

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) - 06/12 - 10h - Plenário 03

Sabatina de Leonardo Cardoso Magalhães, Defensor Público Federal, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União.

Resultado: A CCJ sabatinou e aprovou, com 19 votos, Leonardo Magalhães, indicado para comandar a Defensoria Pública da União (MSF 87/2023). A indicação agora segue para deliberação no Plenário do Senado. Leonardo é o segundo indicado após rejeição em Plenário do nome de Igor Roque.

Após a sabatina, é prevista a leitura dos pareceres das indicações para PGR e STF, seguido da concessão de vista coletiva. As sabatinas estão previstas para próxima quarta-feira (13).

ITEM 1 - [MENSAGEM 88/2023](#), que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “a”, e do art. 101, parágrafo único, da Constituição, o nome do Senhor FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Rosa Maria Pires Weber. O relator, Senador Weverton, apresentou seu [parecer](#), afirmando que há suficientes elementos para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Lido o parecer e concedido vista coletiva.

ITEM 2 - [MENSAGEM 89/2023](#), que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “e”, e do art. 128, § 1º, da Constituição, o nome do Senhor PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Antônio Augusto Brandão de Aras. O relator, senador Jaques Wagner apresentou seu [parecer](#), afirmando que há suficientes elementos para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Lido o parecer e concedido vista coletiva.

Também consta na pauta proposições, das quais destaca-se:

ITEM 7 - [PL 2402/2023](#), que dispõe sobre a transformação de cargos efetivos em cargos em comissão e funções de confiança no quadro de pessoal do Ministério Público da União; e altera a Lei nº 13.316, de 20 julho de 2016. O relator, Senador Veneziano Vital do Rêgo, apresentou [parecer](#) pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado. A matéria segue para análise do Plenário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 06 a 08/12

O Plenário da Câmara ainda não teve pauta divulgada para esta semana.

Resultado: O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o PL 4581/2020, que permite aos pacientes de doenças renais crônicas realizarem hemodiálise em outras localidades quando estiverem em trânsito, em clínicas conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS). O texto será enviado ao Senado.

Também foi aprovado o PL 1741/2022, que prorroga os prazos para estudantes concluírem cursos de graduação ou programas de pós-graduação em virtude de parto, de nascimento da criança, de obtenção de guarda judicial para fins de adoção ou de adoção. A matéria será enviada ao Senado.

A Câmara rejeitou o regime de urgência para o PDL 3/2023, que suspende os efeitos do Decreto 11.366/23, do Poder Executivo, sobre restrições impostas ao registro de armas por parte de atiradores participantes de clubes de tiro e de caça. Vale ressaltar que Vale ressaltar que o Decreto 11.366 já foi revogado por outro (11.615/23) que traz novo regulamento sobre o funcionamento desses clubes e o registro e posse de armas de seus integrantes. Para ser aprovado, o regime de urgência precisava do apoio de 257 deputados, mas obteve 254 votos.

Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) – 06/12 - 14h - Plenário 01

Audiência pública sobre Ativismo judicial e a legitimidade democrática. Foram convidados, entre outros:

- Beatriz Vargas, Professora Associada da Universidade de Brasília.
- Eduardo Lycurgo, Advogado e Presidente do Instituto dos Advogados do Distrito Federal.
- Sebastião Coelho, ex-Desembargador do TJDF e ex-Juiz da Vara Criminal e do Tribunal do Júri de Planaltina.

Resultado: Realizada.